



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 25-04-2023.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às dez horas e onze minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Em prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a vereadora Lourdes Sprenger se encontrava Representação Externa, para participar I Fórum de Vereadores e Vereadoras pelos Direitos Animais em Brasília/DF, conforme SEI nº 035.00044/2023-18, apregoado em Plenário. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foi **DISTRIBUÍDO**, para Parecer, o seguinte processo: à vereadora Mônica Leal, o Projeto de Lei do Legislativo nº 505/21 (Processo nº 1152/21). Após, foi solicitada e deferida **DILIGÊNCIA** dos seguintes processos: Processo nº 0608/22 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/22) e Processo nº 0588/22 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/22). Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Construção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) Coinma e Leopoldina”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Caroline Schirmer, diretora de atenção primária da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Carolina Gasperin, representante da diretoria do Grupo Hospitalar Conceição (GHC); Adiel Coelho da Cunha, representante da diretoria do Grupo Hospitalar Conceição (GHC); Josiane Gasperin, engenheira da SMS; Márcia Rosana Cabral Bento, promotora de justiça do Ministério Público (MP/RS); Artur Eduardo Jarzinski Alfaro, assessor jurídico da Procuradoria Geral do Município (PGM); Danieli Ely Martins, auditora fiscal da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Maria Inês Bothona Flores, coordenadora distrital da região leste do CMS; Laone Simonetti Oliveira, representante do Conselho de Saúde Coinma; Maria Helena Gomes, representante do Conselho Local de Saúde do Jardim Leopoldina; Carine da Fontoura Fernandes, assistente social e representante da UBS Jardim Leopoldina; Caren Serra Bavaresco, trabalhadora de saúde do grupo GHC e atual gestora da UBS Coinma; Daniel Jocoly, coordenador da UBS Jardim Leopoldina; Carlos Alberto Ventura, conselheiro fiscal da Associação Comunitária Coinma; Carmen Lopes, representante da Associação comunitária de Saúde do Jardim Leopoldina; Luiz Airton da Silva, morador e representante da comunidade do Jardim Leopoldina e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, destacou que a presente pauta é recorrente, já tendo sido debatida na Cosmam no ano de dois mil e vinte um. Enfatizou, também, que na presente ocasião a pauta foi solicitada pelo vereador Oliboni com a finalidade de tomar ciência da real situação do projeto e definição concreta de sua real implementação. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni destacou que o este assunto se tornou

bastante conhecido devido ao logo tempo em que já vem sendo discutido e que recentemente voltou a ser debatido em novembro do ano passado por iniciativa da então presidente da Comissão, a vereadora Cláudia Araújo. Após, ressaltou a importância da revitalização e construção das novas unidades de saúde com recursos oriundos da compensação de crédito tributário que o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) possui junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e que foi ajustado através de acordo judicial para ser quitado através da construção de vários instrumentos públicos, entre eles as UBS Leopoldina e Coinma às quais atendem, em média, o total de trezentos pacientes por dia. Na sequência, reiterou a necessidade de ampliação das instalações e melhorias nas condições de atendimento onde a Prefeitura tem a responsabilidade legal de providenciar a origem dos recursos para a construção das obras. Por fim, reiterou que presente assunto está em discussão há mais de seis anos e cobrou a imediata solução das pendências para a concretização das obras com o valor dos impostos pagos a maior pelo GHC ao erário municipal. Defendeu, ainda, realização de nova reunião no prazo de quarenta dias a ser agendada no auditório do GHC por ocasião do término do prazo para a entrega das plantas arquitetônicas atualizadas das novas unidades a serem construídas. A vereadora Cláudia Araújo reiterou que o assunto já foi discutido em reunião entre as partes em seu gabinete no final do ano passado e comentou sobre a disponibilização de terreno no Jardim Leopoldina para a construção da nova unidade de saúde para a região. Destacou, ainda, a importância de sair deste encontro o encaminhamento de solução concreta para o início das obras, principalmente em função da pendência de documentos a serem entregues pelo GHC. Disse, também, possuir absoluta certeza de que o problema será solucionado e acrescentou que o governo Melo é parceiro no empreendimento e possui grande interesse na solução definitiva do assunto. Por fim, considerou ilusória a intenção de buscar passar aos usuários do sistema de saúde a perspectiva de que a Fazenda Municipal possui recursos sobrando em caixa para a realização dos empreendimentos e conclamou a união dos vereadores da Casa a somarem esforços para incluir os referidos projetos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano. A senhora Caroline Schirmer lembrou que na reunião ocorrida no final do ano passado no gabinete da vereadora Cláudia Araújo ainda não havia a definição do novo presidente do GHC pelo fato do pleito eleitoral recém ter sido finalizado. Comentou, ainda, sobre a alternativa de obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destacando, contudo, a necessidade de apresentação do projeto arquitetônico por parte do GHC, que é mandatário para a formulação do empréstimo. Por fim, destacou que o cronograma da implementação das obras está bem encaminhado no Executivo aguardando a definição orçamentária e os projetos pendentes. O senhor Adiel Coelho da Cunha informou que o montante original da dívida do Executivo por conta da compensação de tributos com o GHC era de trinta e dois milhões de reais, tendo havido desconto em função de obras realizadas, tais como a construção do Centro de Oncologia que atualmente está em fase final de execução. Destacou, ainda, que os orçamentos das UBS Coinma e Leopoldina está defasado com valores estimados em dois mil e dezesseis e plantas arquitetônicas desatualizadas que necessitaram passar por alteração em função das novas demandas oriundas da época da pandemia, acrescentando, ainda, que a entrega dos projetos complementares sob responsabilidade do GHC foi postergada para o final de maio do corrente ano para posterior encaminhamento ao processo licitatório por parte do Executivo. Destacou, ainda, que as duas UBS são prioridades para as ações de saúde do GHC na região, necessitando, contudo, a construção das referidas obras. Por fim, destacou a contratação de empresa terceirizada de engenharia para a conclusão dos projetos e consequente disponibilização da versão final dos empreendimentos em conformidade com diretrizes estipuladas para o atendimento da demanda em saúde. A senhora Márcia Rosana Cabral Bento comentou sobre a existência de dois inquéritos civis em tramitação no MP/RS sobre o assunto e, em prosseguimento, contextualizou o histórico das disputas entre as partes envolvidas desde o ano de dois mil e dezesseis na definição da responsabilidade das obras, manifestando dúvida sobre a possibilidade legal de o Município efetuar empréstimo junto ao BID ou se apenas poderia utilizar recursos do próprio do caixa municipal tendo em vista o acordo judicial dos impostos recebidos a maior junto ao GHC. Por fim, destacou, ainda, o entendimento de que o financiamento das obras não pode ser realizado com verba do

Fundo Municipal de Saúde (FMS) que financia o SUS na Capital, mas sim com recursos do próprio tesouro municipal. O senhor Artur Eduardo Jarzinski Alfaro também endossou a hipótese de que os recursos para as obras não podem ser provenientes do FMS e enfatizou, ainda, que a PGM analisa apenas as questões legais dos projetos, não possuindo ingerência nas decisões políticas e de gestão do Executivo. Por fim, também comentou sobre a origem da dívida e lembrou que, tanto a opção do empréstimo junto ao BID quanto a inclusão da despesa na LOA do próximo ano acabarão sendo custeados pelo próprio caixa do Município. E, o senhor Laone Simonetti Oliveira destacou a importância das obras que irão melhorar de maneira significativa o atendimento em saúde que atendem mais de trinta mil pessoas que moram na região. Destacou, ainda, que em verdade a comunidade do bairro Coinma vem lutando há mais de vinte anos pela construção de uma nova UBS, ressaltando, inclusive que a associação de moradores já disponibilizou terreno para essa finalidade, onde a Prefeitura vem cobrando, até mesmo, a taxa de recolhimento lixo, apesar de a associação possuir imunidade tributária. Por fim, considerou fundamental a célere definição dos entraves debatidos neste encontro para que finalmente as obras possam ser implementadas nas referidas comunidades. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Mônica Leal e a Psicóloga Tanise Sabino. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes **ENCAMINHAMENTOS**: 1) agendar visita de comitiva de vereadores da Cosmam nos dois postos de saúde objetos da presente pauta para verificar in loco a atual situação de atendimento em saúde nas comunidades; e, 2) por sugestão do vereador Oliboni, efetuar reunião com o futuro presidente do GHC, o senhor Gilberto Barichello, para dar ciência dos assuntos debatidos no presente encontro e agilizar o encaminhamento das pendências e facilitar o início da construção das referidas UBS. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às onze horas e trinta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 27/04/2023, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0539401** e o código CRC **AA4C8050**.